

SABERES E PODERES PROPORCIONADOS PELO PROJETO DE EXTENSÃO “NEDET” DA UFG/REGIONAL DE JATAÍ NO TERRITÓRIO RURAL PARQUE DAS EMAS-GO

DIAS, Mariza Souza¹
RIBEIRO, Dinalva Ribeiro²
SANTOS, Jamile³

Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados do uso de metodologias participativas na realização do Projeto de Extensão “Constituição do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) na Universidade Federal de Goiás”, desenvolvido na Regional Jataí entre janeiro de 2015 a junho de 2017. Os NEDETs faziam parte das estratégias da Política Pública de Desenvolvimento Territorial que tinha por objetivo promover o desenvolvimento territorial rural sustentável e solidário em Territórios Rurais e da Cidadania. Por meio da articulação entre camponeses, suas entidades representativas e poder público e, a partir da qualificação de metodologias participativas, o NEDET do Território Rural de Identidade Parque das Emas, na microrregião Sudoeste de Goiás, promoveu diagnósticos, espaços de diálogos, pactuações, movimentação produtiva e empoderamento aos camponeses. Estas ações contribuíram para o aumento da participação dos camponeses no acesso às Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial.

Palavras-Chave: Extensão Universitária, Política Pública, Metodologia Participativa.

Introdução

A Política Pública de Desenvolvimento Territorial alcançou em 2014 onze anos de existência e passava pelo seu processo de consolidação enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural. Para tal, era fundamental definir e pactuar as funções da sociedade civil e dos órgãos públicos, estabelecendo a governança do Território.

Para a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA, 2005) a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de propostas centradas nas pessoas, que levam em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contemplam a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais.

Como a perspectiva de ação Territorial é interdisciplinar e intersetorial, abrange todos sujeitos envolvidos no Território, sendo necessário estimular o planejamento nos Territórios e a qualificar a participação do Colegiado Territorial. O Colegiado é o grupo

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Regional Jataí/UFG marizasd@gmail.com

² Professora Doutora da Escola de Agronomia/UFG. dinalvadr@gmail.com

³Engenheira Florestal pela Regional Jataí/UFG. jamile_engenharia@hotmail.com

composto por membros da sociedade civil e poder público dos municípios pertencentes a um determinado Território, que tem por responsabilidade articular e gerir as políticas públicas territoriais.

É a partir deste entendimento que os NEDETs foram concebidos. A extinta Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e a Secretaria de Política para Mulheres, em parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), lançaram o edital que possibilitou implementar os NEDETs como projetos de extensão em Instituições de Ensino Superior do país. Foram aprovados 186 projetos, que atenderam a 186 Territórios Rurais ou da Cidadania em todo Brasil no ano de 2014 a 2017.

O objetivo destes NEDETs eram assessorar e qualificar os Colegiados Territoriais com ferramentas e metodologias que permitissem o acesso e participação da gestão das políticas públicas territoriais.

O NEDET do Território Rural de Identidade Parque das Emas, que fica na microrregião Sudoeste de Goiás, surgiu a partir da aprovação do projeto no Edital 11/2014CNPq/MDA, iniciou suas atividades em janeiro de 2015 e finalizou em junho de 2017. Era composto por coordenadora, assessora de gestão social, assessora de inclusão produtiva, assessora de gênero e bolsista graduanda. O projeto finalizou, mas o NEDET continua na ativa na Regional Jataí da UFG, no entanto não conta mais com toda a equipe do projeto. Atualmente, apenas a assessora de gestão social está vinculada à UFG e auxilia a organização das atividades do Colegiado Territorial.

Ao todo, este NEDET atendeu e atende a nove municípios, sendo: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Chapadão do Céu, Jataí, Mineiros, Perolândia, Portelândia, Santa Rita do Araguaia e Serranópolis. O Colegiado Territorial é formado por um núcleo diretivo, um núcleo técnico e por 2 integrantes de cada município, que são corresponsáveis pelo desenvolvimento social e econômico da Agricultura Familiar Camponesa no Território.

A coordenadora e as assessoras do NEDET prestaram assessoria ao Colegiado Territorial do Território Rural de Identidade Parque das Emas-GO, de forma a propor e qualificar metodologias de ação, fomentar a inclusão produtiva e proporcionar a gestão social das políticas públicas para a Agricultura Familiar, por parte dos camponeses e suas entidades representativas, sejam do poder público ou da sociedade civil. Ou seja, a atuação do NEDET se baseia na premissa da inserção da sociedade civil nas relações institucionais.

A base das ações do NEDET está centrada na metodologia participativa, pois era uma demanda do próprio edital, que estava em consonância com a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a PNATER.

As articulações, ações e resultados do NEDET são frutos do uso de instrumentos como o diagnóstico participativo, planejamento participativo, construção de linha do tempo, reuniões temáticas e direcionadas, pactuações coletivas, plenárias e eventos. Desta forma, o projeto não possuía atividades pré-definidas, a não ser as reuniões de núcleos e as plenárias (previstas no edital), uma vez que a proposta das ações propostas foram construídas de acordo com a demanda e realidade do Colegiado e do Território.

A metodologia participativa permitiu ao Colegiado Territorial um papel primordial na decisão e na concretização das ações no projeto. No entanto, as metodologias e instrumentos de pesquisa e extensão participativos ainda são pouco utilizadas pelos pesquisadores nas universidades.

Essa é uma metodologia que se propõem pedagógica, dialógica e transformadora da realidade. Ou seja, a pesquisa ou a extensão participativa se faz no processo de construção do conhecimento, de forma que todos os sujeitos sejam produtores e beneficiários dos resultados. É nessa perspectiva que o NEDET do Território Rural Parque das Emas trabalhou e é na certeza que o conhecimento deve ser compartilhado, que apresentamos neste trabalho algum dos instrumentos utilizados no projeto e os seus resultados.

Metodologia Participativa: embasamento

A partir do início do processo de redemocratização do Brasil em 1985, a palavra e o conceito de participação ganhou amplitude inédita para quem trabalha no setor público e no terceiro setor (BROSE, 2001).

Essas estratégias de pesquisa e de ação foram incorporadas por organizações e movimentos sociais, que passaram a buscar uma estratégia participativa para a identificação e superação dos problemas atuais. Para tal, era preciso pensar uma metodologia que fosse inclusiva, pedagógica e dialógica, com fins de transformação social. É nesse contexto que toma força a Pedagogia Freiriana e os instrumentos de pesquisa participativa como a pesquisa-ação.

A partir de 2002, quando o Governo do Partido dos Trabalhadores assume a presidência do Brasil, as políticas públicas geradas para a inclusão social e de desenvolvimento sustentável, nascem a partir e visando a participação de todos os setores da sociedade. Daí as Políticas Públicas primarem pela Metodologias Participativas. Vemos indicações do uso da metodologia participativa como proposta de ação e pesquisa em documentos institucionais como a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, 2006), na Política Pública de Desenvolvimento Territorial (2003), nos manuais de implementação dos programas de produção e comercialização da Agricultura Familiar, nas Conferências Temáticas (Mulher, Jovens, Assistência Técnica e Extensão Rural), nos extintos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e o de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, dentre outros.

Neste cenário, as instituições de ensino superior foram chamadas a colaborar desenvolvendo projetos de pesquisa e de extensão dentro de suas instituições. Tais projetos, apoiados pelos Ministérios e pelo CNPq, continham em seus editais o direcionamento metodológico participativo como base do desenvolvimento das ações.

No caso do Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar e Agroecologia, criado em 2008 na Regional Jataí da UFG, a partir da implementação de um projeto para a reprodução de sementes de milho-crioulo, a metodologia proposta no edital já era a participativa. No entanto, os professores e equipe de técnicos não sabia trabalhar com essa metodologia e teve como base livros como “Extensão ou Comunicação” de Paulo Freire para se embasar e desenvolver os instrumentos de ação no projeto.

Dessa forma, a o NEAF vem desde 2008 trabalhando com projetos deste nível e desenvolvendo estudos e pesquisas com Camponeses utilizando de metodologia participativa no desenvolvimento de suas ações, a fim de promover e trocar conhecimentos, fortalecer os Camponeses e a extensão na Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás.

O NEDET foi o último projeto a ser desenvolvido pelo NEAF até o presente momento. O NEDET tinha em seu edital muito claro a metodologia participativa como base e as diretrizes de desenvolvimento, as quais nortearam as ações da equipe. Basicamente, o NEDET constituía num grupo de assessoras técnicas que prestaram assessoria ao Colegiado Territorial a fim de proporcionar aos membros do Colegiado o entendimento sobre a Política Pública Territorial, qualificar suas ações e desenvolver os programas no Território.

Para tal, a equipe foi buscar em Brose (2001) instrumentos participativos e dialógicos para desenvolver as ações de pesquisa e extensão do projeto. Neste trabalho serão apresentados duas estratégias que mostraram resultados significativos, o diagnóstico e planejamento participativo e as conferências.

Diagnóstico e Planejamento Participativo

Dentre as estratégias derivadas da metodologia participativa e utilizadas no projeto NEDET, os que mais se destacaram como promotores de inclusão foram o Diagnóstico e o Planejamento Participativo, sendo que sobressaem o uso de instrumentos como as Plenárias Territoriais, Miniconferências Temáticas e construção de Linha do Tempo.

A metodologia do projeto NEDET foi baseada no uso de instrumentos de coletas de dados e de planejamento participativos. Para tal, era realizado a cada 2 meses uma reunião com o Núcleo Diretivo, composto pelo coordenador, vice e secretária, e Núcleo Técnico do Colegiado, composto por 3 técnicos da Emater de Serranópolis, Jataí e Mineiros, e o chefe da divisão de Agricultura Familiar de Jataí, para estabelecer as ações no Colegiado.

Essas reuniões serviram para qualificar/instruir os membros do Colegiado e do NEDET. A partir da troca de saberes entre as pessoas do Colegiado e a equipe do NEDET, que havia passado por formações pela SDT, as ações eram planejadas, afim de criar a agenda básica para os membros do Colegiado de ações no Território.

Diagnóstico e Planejamento Participativos

Essa forma de diagnóstico prevê a criação de um caminho para estimular e apoiar os grupos sociais para que este possam investigar, avaliar e analisar seus obstáculos e chances e assim tomar decisões fundamentais e na hora certa. Nessa forma de diagnóstico, o propósito em primeiro lugar, não é o dado academicamente tratado, mas o processo de aprendizagem dos envolvidos, despertando-os para valorizarem o que sabem e o que podem saber mais. Conforme Paulo Freire (1998) “ao descobrir que sabe e não sabe, descobre o que pode saber”.

Durante o período de ação do NEDET, utilizamos as técnicas do diagnóstico participativo em vários momentos. Para identificar a constituição do Colegiado Territorial e quais seriam as necessidades de mudança dentro da composição, bem como quais estratégias

seriam usadas para provocar tais mudanças, usamos a técnica que identifica Realidade/Desejo/Processo. Essa técnica consiste em levantar os pontos das três temáticas e propor o planejamento estratégico.

Identificou-se que o Colegiado era composto pelos mesmos membros desde sua constituição em 2009. Eram pessoas que estavam envolvidas profissionalmente com as causas e instituições da Agricultura Familiar Camponesa, como os técnicos da EMATERs, os camponeses presidentes de associações de assentamentos, presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, bem como vereadores (e seus assessores) eleitos pelos camponeses.

Essa constatação não foi entendida como algo a ser modificado num primeiro momento, visto que o Território só fora homologado em 2013, e as pessoas que compunham tinham o interesse de estruturar as instituições e as Políticas Públicas direcionadas para a Agricultura Familiar Camponesa do Território, ainda incipientes.

Constatou-se que não havia representantes de todos os municípios no Colegiado. No planejamento ficou definido que todos os municípios que não possuíam membros seriam os primeiros a serem visitados durante o campo da realização do diagnóstico social-econômico do Território e que as Plenárias deveriam ser realizadas nestes municípios até o final do projeto, a saber: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Portelândia e Chapadão do Céu.

Ainda, foi definida uma Plenária em Jataí com a presença do atual delegado do MDA em Goiás, em 2015, e com todos os representantes públicos dos municípios do Território, a fim de apresentar e discutir a política pública territorial e sua importância. Como resultado, em outubro de 2015 os municípios de Chapadão do Céu e Aporé apresentaram seus representantes no Colegiado, os quais passaram a ir em todas plenárias e eventos do Território. Apenas no final de 2016 os municípios de Aparecida do Rio Doce e Portelândia indicaram membros, todavia, atualmente o Colegiado tem todos seus representantes. Foram realizadas plenárias em todos os municípios. As fotos 1, 2, 3 e 4 apresentam as plenárias.



Foto 1. Plenária do Colegiado Territorial em Chapadão do Céu realizada em 26 de agosto de 2016.
Fonte: DIAS, Mariza Souza. 2016.



Foto 2. Plenária do Colegiado Territorial em Aporé realizada em 24 de fevereiro de 2017.
Fonte: DIAS, Mariza Souza. 2017.



Foto 3 Membros do Colegiado Territorial de Mineiros e de Portelândia na Plenária do Colegiado Territorial em Portelândia realizada em 28 de abril de 2017.
Fonte: DIAS, Mariza Souza. 2017.



Foto 4. Plenária do Colegiado Territorial em Aparecida do Rio Doce realizada em 30 de junho de 2017.
Fonte: SANTOS, Jamile. 2017.

A manutenção das plenárias bimestralmente criou no corpo do Colegiado o compromisso com a causa do Território, sendo que estes encontros se tornaram eventos. Cada município trazia para as plenárias um pouco do que era produzido pelos Camponeses, apresentações culturais, passeios dirigidos, além da troca de informações sobre a situação do município em relação à Política Pública Territorial.

A partir das plenárias, as prefeituras e os camponeses, bem como suas instituições, se informavam sobre os problemas e propunham parcerias para a implementação de projetos, comercialização, sistemas de inspeção, dentre outros.

Por ser o local que reúne as instituições de ensino, de poder público e da sociedade civil e os camponeses, as Plenárias do Colegiado passaram a ter significado de modelo de reunião, com o objetivo de informar e discutir sobre Políticas Públicas. As entidades e o poder público fazem questão de estarem presentes na Plenária, disputando os espaços que antes não eram ocupados, ou nem conhecidos.

A materialidade da Linha do Tempo

Foi na apresentação do Diagnóstico Socioeconômico do Território, que realizou-se a construção da Linha do Tempo do Território, em março de 2016. A linha do tempo é um instrumento que serve para identificar o passado e o presente de muitas variáveis (instituições, atividades, etc). Consiste em traçar uma linha e ir adicionando as ações que fizeram parte daquela determinada instituição analisada, ano a ano.

A Linha do Tempo do Território foi construída com participação do Núcleo Diretivo e Técnico do Colegiado, equipe do NEDET e representante do MDA. Foi uma surpresa para todos os envolvidos, pois até então não se sabia a quantidade e a dimensão das ações que tinham sido desenvolvidas no Território.

A visualização das políticas, dos movimentos, das instituições em nível municipal, estadual e nacional que atuaram no Território, permitiu ao Colegiado Territorial entender o que era a Política Pública de Desenvolvimento Territorial, e mais importante, seu papel nessa Política.

A materialização dos fatos da história do Território numa folha de papel (ou várias), permitiu visualizar todas as ações e resultados de 8 anos de trabalho, o que incorporou nos membros do Colegiado o significado e o senso de responsabilidade do Território enquanto Política Pública e o que advém dela. A foto 5 apresenta a construção da Linha do tempo.

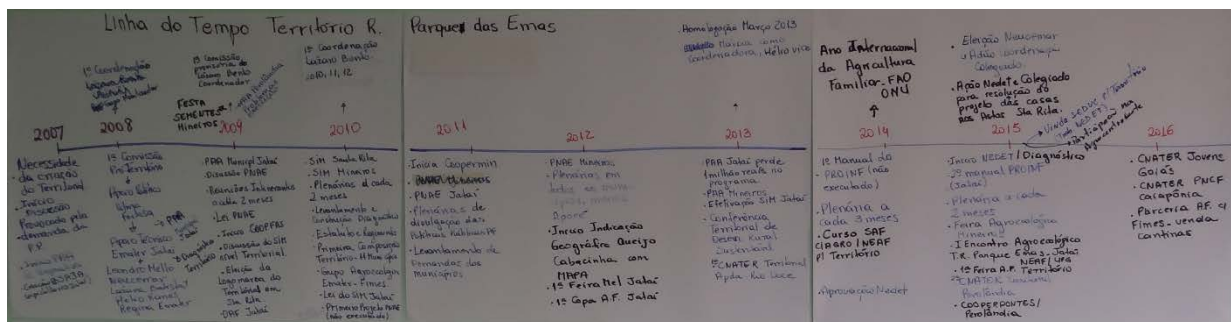


Foto 5. Linha do Tempo do Território Rural de Identidade Parque das Emas, construída em 04 de março de 2016.

Fonte: DIAS, Mariza Souza. 2016.

Cabe ressaltar a importância do moderador nesta atividade, uma vez que é preciso conhecer a dinâmica da Linha do Tempo, afim de ter sensibilidade para integrar a todos os presentes na atividade, bem como ter uma linguagem clara e ter capacidade de síntese. Todas essas atribuições do moderador, podem e são incorporadas pelos membros presentes, fazendo deles reprodutores do conhecimento.

O conhecimento sobre a histórico do Território e de sua situação atual proporcionou aos membros do Colegiado a possibilidade de identificar cada contribuição efetiva e simbólica na construção deste fórum, produzindo domínio sobre o território. Para Haesbaert(2004),o território é o mesmo tempo e obrigatoriamente em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois se exerce domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções”quanto para produzir “significados”.

Estratégias e resultados das Conferências

As conferências são reuniões que tem por objetivo que os participantes busquem qualificar um diagnóstico sobre o desenvolvimento local à luz das questões nacionais trazidas pelo Documento de Referência. Ou seja, as conferências são instrumentos participativos de construção de políticas, mas são orientados por um documento ou ação que se deseja alcançar.

De toda forma, as conferências possuem a metodologia específica que é a discussão sobre um ou vários temas geradores, com o intuito de se promover um documento que servirá de base para ações posteriores.

O NEDET e o Colegiado usaram da metodologia da Conferência para construir o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) do Território Parque das Emas. Entre os meses de agosto a outubro de 2016 a equipe do NEDET e os Núcleos Diretivo e Técnico do Colegiado construíram a Matriz de Estratégias, com objetivos e metas, em oito eixos temáticos baseados no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (2014).

No II Encontro Agroecológico do Território Rural Parque das Emas, ocorrido nos dias 25 e 26 de novembro de 2016, realizou-se a Conferência que homologou o PTDRSS do Território. Conforme prevê uma Conferência, foram apresentados os eixos, os objetivos e metas levantados pela equipe de elaboração do Plano, ao público presente. Logo após, o público foi dividido em grupos específicos que analisaram as propostas, fizeram suas correções e sugestões, que foram apresentadas e votadas pela inserção ou retirada do Plano.

Metodologicamente, ao adotar um texto-base, permitiu que participantes das diferentes instituições se concentrassem na elaboração de propostas adequadas a sua realidade, contribuindo, assim, para elaboração do plano de desenvolvimento rural em diferentes escalas.

O PTDRSS do Território foi homologado e é o documento que orienta as ações do Colegiado. Como resultado podemos citar o comprometimento das instituições de ensino com a assessoria ao Colegiado, que continua, mesmo com o projeto findado. Além que os

projetos que estão sendo submetidos aos editais pela UFG, são direcionados para o Território e não mais para apenas um município.

Os membros do Colegiado de Jataí, das cooperativas da Agricultura Familiar e do poder público realizaram uma mini Conferência para elaborar o plano municipal de ação para a Agricultura Familiar Camponesa do município, o qual foi apresentado aos candidatos a prefeitos. Da mesma forma foi realizado em Perolândia, seguindo o exemplo de Jataí.

A mobilização destas instituições e dos camponeses culminou na criação da superintendência da Agricultura Familiar em Perolândia, sendo designada para o cargo uma assentada do município.

As conferências mobilizam várias instituições e são espaços de discussões e construções de poder, que se configuram como potenciais transformadoras do território, por meio da capacidade de organização e planejamento.

Conforme Oliveira (2007), o Capital mesmo sendo hegemônico, não homogeneiza todos os espaços, pois nos territórios camponeses ele mantém o controle na monopolização do território, mas se territorializa, o que permite aos camponeses uma autonomia (relativa).

Dessa forma, tanto Estado e capital, como as famílias camponesas, disputam o território e o controle das relações produtivas, materiais e simbólicas, por meio do poder que possuem. O Colegiado tornou-se um *locus* de poder material, mas principalmente simbólico, na disputa de representatividade do Campesinato no Território. As estratégias e metodologias utilizadas para construir a representação estão diretamente ligadas ao sucesso das ações.

Considerações participativas

Para Montenegro Gomes (2006) a leitura geográfica do território não deve ser feita prescindida do poder, interesses e ao mesmo tempo, a partir das possibilidades transformadoras. A transformação que o NEDET e o Colegiado Territorial, por meio do uso da metodologia participativa, a qual respeita e inclui todos os sujeitos envolvidos nas ações, proporcionou aos camponeses refletiu-se na eleição de cinco assentados rurais como vereadores e na criação de três superintendências da Agricultura Familiar em municípios que ainda as não possuíam.

Os resultados ainda podem ser apontados na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDTRSS); na participação de membros de todos os nove municípios no Colegiado Territorial; na eleição de doze membros para o Núcleo Técnico do Colegiado; na realização de dois Encontros Agroecológicos e Feiras do Território da Agricultura Familiar; na instituição de duas Feiras Agroecológicas; na inserção dos camponeses em programas da Política Pública para a Agricultura Familiar e na manutenção da realização de Plenárias bimestrais.

O NEDET é a prova de que a extensão universitária organizada a partir da coletividade e construída participativamente tem um poder de atuação na sociedade que é transformador.

REFERÊNCIAS

BROSE, Markus. **Metodologia Participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. (Org.) Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL-CONDRAF. **Resolução Nº52** de 16 de Fevereiro de 2005. Diário Oficial da União. Seção 1. Págs. 44 e 45, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre: set. 2004. Disponível em: <<http://w3.msh.univtlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2010.

MONTENEGRO GOMÉZ, Jorge Ramon. **Desenvolvimento em (des) construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 439f. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL-MDA/SDT. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília, MDA/SDT (Documentos Institucionais, 2), 2005.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 2004.